SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA**Aviso n.º 5178/2019**

Nos termos e para os efeitos previstos no n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22/01, na sua redação atual, torna-se público que, a lista unitária de ordenação final dos candidatos aprovados, no âmbito do procedimento concursal comum destinado ao recrutamento para ocupação de um posto de trabalho da carreira e categoria de Assistente Técnico, mediante a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado do mapa de pessoal dos Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra, Aviso n.º 11718/2018, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 159, de 20 de agosto (P03-ADM-2018), foi homologada por despacho do Magnífico Reitor, Prof. Doutor João Gabriel de Monteiro Carvalho e Silva, exarado a 11/02/2019, e afixada na sede dos Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra, Rua Guilherme Moreira, 12, 3000-210 Coimbra, encontrando-se disponível na página eletrónica deste serviço (url: www.uc.pt/sasuc)

Consideram-se ainda notificados do ato de homologação todos os candidatos, incluindo os que tenham sido excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção.

11 de março de 2019. — O Chefe de Divisão Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos, *Carlos Aguiar*.

312131486

SERVIÇOS DE AÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE DO MINHO**Despacho (extrato) n.º 3279/2019**

Ao abrigo do disposto no artigo 10.º, n.º 2, alínea g), dos Estatutos dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de outubro de 2009:

Nomeio, em comissão de serviço, em regime de substituição nos termos do Código do Trabalho, para exercer o cargo de dirigente das Divisões Gestão da Atividade Desportiva das Unidades em Braga e Divisões Gestão da Atividade Desportiva das Unidades em Guimarães, no cargo de direção intermédia de 3.º grau dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho, o Mestre Carlos Alberto Videira.

A presente nomeação produz efeitos a 21 de janeiro de 2019.

Nota curricular

Carlos Alberto da Fonte Videira, nascido em 31 de março de 1991, Vila Praia de Âncora, e nacionalidade: Portuguesa.

Licenciatura em Relações Internacionais, pela Universidade do Minho, 2012, e Mestrado em Direitos Humanos, pela Universidade do Minho, 2017.

Experiência profissional:

De dezembro de 2017 a novembro de 2018, exerceu as funções de Assessora ao Administrador dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho, em acumulação de funções de responsável do Departamento Desportivo e Cultural (DDC) desde novembro de 2018;

De janeiro de 2017 a novembro de 2017, exerceu as funções de Colaborador dos Serviços de Apoio ao Reitor da Universidade do Minho, na área da internacionalização;

De fevereiro de 2016 a dezembro de 2016, exerceu as funções de Coordenador do Polo Zero da Federação Académica do Porto;

De outubro de 2015 a outubro de 2017, exerceu as funções de Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Federação Académica do Desporto Universitário;

De setembro de 2013 a setembro de 2016, exerceu as funções de membro do Conselho Nacional de Educação em representação dos estudantes do Ensino Superior Universitário;

De abril de 2013 a janeiro de 2017, exerceu as funções de membro do Conselho Geral da Universidade do Minho, em representação dos estudantes;

De janeiro de 2013 a janeiro de 2016, exerceu as funções de Presidente da Direção da Associação Académica da Universidade do Minho;

De janeiro de 2012 a janeiro de 2016, exerceu as funções de membro do Conselho de Ação Social dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho, na qualidade de aluno bolseiro e de Presidente da Direção da Associação Académica da Universidade do Minho;

De maio de 2011 a abril de 2013, exerceu as funções de membro do Senado Académico da Universidade do Minho, em representação da Associação Académica da Universidade do Minho.

21 de janeiro de 2019. — O Administrador para a Ação Social, *António Maria Vieira Paisana*.

312128019

Despacho n.º 3280/2019

Considerando que:

a) A Universidade do Minho é uma fundação pública com regime de direito privado, instituída pelo Decreto-Lei n.º 4/2016, de 13 de janeiro, e que, nos termos do n.º 3 do artigo 4.º, se rege pelo direito privado, nomeadamente no que respeita à sua gestão financeira, patrimonial e de pessoal, sem prejuízo da aplicação dos princípios constitucionais respeitantes à Administração Pública, nomeadamente a prossecução do interesse público, bem como dos princípios da igualdade, da imparcialidade, da justiça da proporcionalidade, conforme previsto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 134.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES);

b) Através do despacho 27/11/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 9 de abril de 2018, a Eng.ª Carla Conceição Martins de Lemos da Cunha Faria, Técnica Superior, com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho (SASUM), foi nomeada, na sequência de procedimento concursal, para o cargo de Diretora do Departamento Alimentar dos SASUM;

c) O cargo de Diretora do Departamento Alimentar dos SASUM é equiparado a cargo de direção intermédia de 1.º grau, conforme definido no Regulamento Orgânico dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 2 de setembro de 2009;

d) O exercício de funções dirigentes, conforme decorre dos citados princípios, impõe aos titulares dos cargos de direção um compromisso com a missão, os princípios gerais de ética e de gestão, bem como um comportamento profissional pautado pelo rigor técnico e pelo cumprimento das normas legais, ordens e orientações superiores;

e) É pois imperioso que os dirigentes dos SASUM assegurem o cumprimento das suas competências com especial zelo, rigor técnico e qualidade, criando as condições para uma gestão racional, transparente e eficaz;

f) Na sequência do Processo Disciplinar SASUM-06/2017 e por despacho reitoral datado de 17 de outubro de 2018, foi aplicada a sanção disciplinar de multa, suspensa na sua execução pelo período de seis meses, à Eng.ª Carla Conceição Martins de Lemos da Cunha Faria, titular do cargo de Diretora do Departamento Alimentar dos Serviços de Ação Social da UMinho, com efeitos a partir do dia seguinte ao da notificação, que ocorreu em 19/10/2018;

g) A reprovação do facto punível no âmbito do procedimento disciplinar produz efeitos negativos na relação do serviço, lesando o interesse público inerente ao provimento no referido cargo;

h) No uso da competência que me é conferida pela alínea p) do n.º 1 do artigo 37.º dos Estatutos da Universidade do Minho e da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente, determinei, por despacho de 12 de dezembro de 2018, a cessação da comissão de serviço no cargo de Diretora do Departamento Alimentar dos Serviços de Ação Social da UMinho da Eng.ª Carla Conceição Martins de Lemos da Cunha Faria;

i) A Eng.ª Carla Conceição Martins de Lemos da Cunha Faria foi notificada deste projeto de despacho, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 122.º do Código do Procedimento Administrativo;

j) A Eng.ª Carla Conceição Martins de Lemos da Cunha Faria exerceu o seu direito de audiência através de carta rececionada na Universidade no dia 28 de dezembro, na qual conclui pela não aplicabilidade da cessação da comissão de serviço;

k) Os fundamentos que sustentam essa sua conclusão não procedem, conforme infra melhor se explica;

l) Na verdade, a interessada trata o projeto de decisão de cessação da comissão de serviço então comunicado como a aplicação de uma sanção disciplinar, quando, verdadeiramente, não é esse o caso em apreço. A decisão de cessação de comissão de serviço comunicada à interessada não consubstancia uma aplicação de pena disciplinar, mas tão só uma decisão de, face ao conjunto de circunstancialismos, devidamente enumerados no texto da mesma, fazer cessar uma comissão de serviço;

m) Não se ignora que a sanção de cessação da comissão de serviço não foi aplicada em sede de processo disciplinar de que a interessada foi objeto. No entanto, o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Pública não restringe o conceito de «cessação da comissão de serviço» a uma pena disciplinar (principal ou acessória) a aplicar em sede de processo disciplinar. Na verdade — e o elemento literal da norma assim o permite — a comissão de serviço pode cessar na sequência e como consequência de aplicação de uma (outra) pena por infração disciplinar. Nestes casos, não se trata, pois, de «cessação de serviço» como de sanção disciplinar, nos termos e para os efeitos do previsto no artigo 188.º, n.º 2 da Lei n.º 35/2014;

n) Acresce que a interessada defende que a suspensão da execução da pena disciplinar de multa (aplicada em sede de processo disciplinar)

afasta o caráter sancionatório da pena aplicada. Tal entendimento é destituído de fundamento legal dado que a pena se mostra aplicada, isto é, a conduta da interessada foi entendida como violação culposa de deveres a que se encontrava obrigada e, consequentemente, foi sancionada pela mesma. O que ocorre é uma mera situação de suspensão da execução da mesma;

o) Em face do exposto, conclui-se que os argumentos invocados em sede de audiência prévia não procedem, não sendo constituindo fundamento para determinar a alteração do projeto de decisão de cessação da comissão de serviço.

Consequentemente, no uso da competência que me é conferida pela alínea p) do n.º 1 do artigo 37.º dos Estatutos da Universidade do Minho e da alínea f) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, que aprova o Estatuto do Pessoal Dirigente, determino a cessação da comissão de serviço no cargo de Diretora do Departamento Alimentar dos Serviços de Ação Social da UMinho, Eng.ª Carla Conceição Martins de Lemos da Cunha Faria, com efeitos no dia seguinte ao da notificação.

24 de janeiro de 2019. — O Reitor da Universidade do Minho, Rui Vieira de Castro.

312127922

Despacho (extrato) n.º 3281/2019

Ao abrigo do disposto no artigo 10.º, n.º 2, alínea g), dos Estatutos dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de outubro de 2009:

Nomeio, em comissão de serviço em regime de substituição nos termos do Código do Trabalho, para exercer o cargo de Diretora do Departamento de Apoio ao Administrador dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho, a Mestre Heliana Maria Pereira da Silva.

A presente nomeação produz efeitos a 01 de fevereiro de 2019.

Nota Curricular

Heliana Maria Pereira da Silva, nascida em 14 de julho de 1975, em Guimarães e nacionalidade: Portuguesa.

Mestre em Ciências da Comunicação pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

Pós-Graduação em Administração Pública pela Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho.

Licenciatura em Comunicação Social pela Universidade do Minho.
Experiência Profissional:

Entre setembro de 2010 e janeiro de 2019: Diretora de Serviços dos Serviços de Apoio ao Reitor da Universidade do Minho.

Entre novembro de 2009 e agosto de 2010: Chefe de Divisão dos Serviços de Apoio ao Reitor da Universidade do Minho.

Entre outubro de 2007 e outubro de 2009: Secretária da Escola de Engenharia.

Entre outubro de 1998 setembro de 2007: Desempenhou funções no âmbito das carreiras técnica e técnica superior, designadamente: Assessora do Presidente da Escola de Engenharia; Responsável pelo Gabinete de Comunicação, Marketing e Imagem da Escola de Engenharia da Universidade do Minho; Gestão administrativa do Gabinete de Coordenação das Pós-Graduações em Engenharia; tratamento administrativo e gestão financeira dos Cursos de Pós-Graduação do Departamento de Engenharia Civil da Universidade do Minho.

Entre abril e junho de 1998: estágio curricular em empresa de consultoria.

Representação/Participação em Órgãos e Comissões:

Membro eleito da Assembleia Estatutária da Escola de Engenharia no contexto da adequação da Universidade do Minho ao novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (Decreto-Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro). Neste âmbito, integrou a Assembleia que elaborou os atuais Estatutos da Escola de Engenharia na qualidade de representante dos trabalhadores não docentes e não investigadores. Foi ainda designada Secretária da Assembleia Estatutária.

Membro por inerência do Conselho de Gestão da Escola de Engenharia no âmbito do exercício do cargo de Secretário de Escola.

Membro por nomeação do Reitor da Universidade do Minho (Despacho RT-07/2008) da Comissão de Acompanhamento para apresentação da proposta de implementação do Sistema Integrado de Avaliação e Desempenho da Administração Pública (SIADAP) na Universidade do Minho na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 66-B/2007 de 28 de dezembro.

Membro por designação do Conselho Científico da Escola de Engenharia da sua Comissão Especializada de Pós-Graduação (entre fevereiro e novembro de 2007).

Membro designado pelo Presidente da Escola de Engenharia da Universidade do Minho da Comissão Organizadora do Projeto Ciência na Cidade de Guimarães — Projeto conjunto da Universidade do Minho e da Câmara Municipal de Guimarães, financiado pela Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica.

31 de janeiro de 2019. — O Administrador para a Ação Social, António Maria Vieira Paisana.

312128043

Despacho (extrato) n.º 3282/2019

Ao abrigo do disposto no artigo 10.º, n.º 2, alínea g), dos Estatutos dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, de 28 de outubro de 2009:

Nomeio, em comissão de serviço em regime de substituição nos termos do Código do Trabalho, para exercer o cargo de Diretora do Departamento Alimentar dos Serviços de Ação Social da Universidade do Minho, a Licenciada Maria José Jorge Gonçalves Morais.

A presente nomeação produz efeitos a 01 de fevereiro de 2019.

Nota Curricular

Maria José Jorge Gonçalves Morais, nascida em 15 de novembro de 1972 e nacionalidade: Portuguesa.

Licenciatura em Engenharia Biológica — Ramo Tecnologia Química e Alimentar.

Experiência Profissional:

Entre maio de 2002 e janeiro de 2019: Auditora Coordenador APCER nos referenciais ISO 9001, ISO 22000 e HACCP Codex Alimentarius/Auditora APCER nos referenciais APCER 3002 e APCER 3011, Consultora, Formadora e Auditora em sistemas de gestão da qualidade, sistemas de gestão da segurança alimentar e sistemas de gestão ambiental.

Entre maio de 2000 e abril de 2002: Consultora Sênior CGQ — Consultoria de Gestão & Qualidade, L.dá; Consultora, Formadora e Auditora em sistemas de garantia/gestão da qualidade, sistemas de gestão ambiental e sistemas HACCP.

Entre março de 1996 e maio de 2000: Diretora da Qualidade e Ambiente, PANDUAVE — Panificação Ultracongelada, S. A. (atual CSM Ibérica, S. A. em Santo Tirso) Implementação e gestão do sistema de garantia da qualidade, sistema de gestão ambiental e sistema HACCP. Tipo de empresa ou sector de atividade: Fabricação de produtos de padaria e outros produtos à base de farinha.

1 de fevereiro de 2019. — O Administrador para a Ação Social, António Maria Vieira Paisana.

312128068

INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA

Despacho n.º 3283/2019

Delegação de competência de assinatura

Considerando o disposto pelos artigos 44.º a 50.º do Código do Procedimento Administrativo e pelo artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, na redação atual, delego no Professor Doutor Rafael Ferreira da Silva Caldeirinha, Professor Coordenador do Politécnico de Leiria, a competência para assinatura do memorando de entendimento a outorgar entre a Universidade de Manipal Jaipur, Índia, e o Instituto Politécnico de Leiria, memorando este que homologuei por meu despacho de 25.02.2019.

Consideram-se ratificados todos os atos, que no âmbito dos poderes ora delegados, tenham sido entretanto praticados pelo referido Professor, desde a presente data, até à publicação da presente delegação no *Diário da República*.

25 de fevereiro de 2019. — O Presidente do Instituto Politécnico de Leiria, Rui Filipe Pinto Pedrosa.

312131064

Edital n.º 425/2019

Projeto de Regulamento para a Criação de Spin-off

Rui Filipe Pinto Pedrosa, Presidente do Instituto Politécnico de Leiria (Politécnico de Leiria), torna público, no uso da competência que lhe é conferida pelo artigo 92.º, n.º 1, alínea o), do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES) e pelo artigo 44.º, n.º 1, alínea n) dos Estatutos do Politécnico de Leiria, o projeto de Regulamento para a Criação de *Spin-off* do Instituto Politécnico de Leiria submetendo-o, nos termos do artigo 101.º do Código de Procedimento Administrativo do artigo 110.º, n.º 3 do RJIES e do n.º 3 do artigo 121.º dos Estatutos do